

RESENHA – REVIEW – RESEÑA

GÊNERO E ESPORTE: MASCULINIDADES E FEMINILIDADES?

GENDER AND SPORT: MASCULINITIES AND FEMININITIES?

GÉNERO Y DEPORTE: MASCULINIDADES Y FEMINILIDADES?

Por: **Wagner Xavier de Camargo**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: camargow@ymail.com

KNIJNIK, Jorge Dorfman (Org.). **Gênero e Esporte**: masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.344.

De fórum importante nas Ciências Humanas e Sociais, os estudos de gênero têm, ultimamente, se expandido para outras áreas do conhecimento e é inegável que tal extensão tem contribuído, sobremaneira, para as formas de pensar as relações de gênero em outras esferas sociais que não a estritamente teórica e para o próprio ato de realocação daquelas no campo teórico. O livro em tela de apreciação provoca tal empreendimento quando se propõe trazer o debate sobre gênero para o real campo das práticas corporais e esportivas.

Dividido em três grandes partes (teórica, masculinidades, feminilidades), a coletânea congrega onze artigos de pesquisadores/as brasileiros/as, europeus, e um australiano. A maioria dos “nacionais” encontra-se ligada a instituições de ensino e pesquisa no Rio de Janeiro, de onde a publicação foi originada. Jorge Knijnik é a “vedete” do livro: ousa um capítulo teórico na primeira parte, assina um texto em conjunto nas “masculinidades”, outro nas “feminilidades” e conclui com um testemunho pessoal sobre sua história no esporte, suas relações com “meninos e meninas” e o quanto a descoberta dos estudos de gênero para ele foi significativa.

Proponho analiticamente que a obra seja tomada em dois momentos, a saber: no primeiro há que se resgatar o conteúdo na coletânea, enfocando temáticas e



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

tecendo considerações críticas sobre elas; no segundo, como pesquisador de “dentro” das relações de gênero, permito-me realinhar o olhar para estas, a fim de tentar complexificar a discussão para futuros escritos, sejam eles provindos da área de esportes/educação física, sejam oriundos de quaisquer outros rincões acadêmicos que se lançam a investigar gênero e esporte, partindo de uma postura epistemológica interdisciplinar.

No primeiro de quatro artigos do grupo “masculinidades”, Melo e Lacerda buscam entender quais foram as relações entre dança e esporte no cenário de construção da modernidade, no século XIX. Apontam que, apesar de ambos terem compartilhado sensibilidades — entre as quais estão “as representações acerca da masculinidade” (p. 134) —, se desenvolveram em “campos diferenciados” (p., 113), sendo o esporte nunca considerado uma prática artística e a dança nunca bem vista pelo campo esportivo (masculino). Nessa última, mesmo que homens e mulheres tenham dividido palcos por muito tempo, não ocorreu uma construção de masculinidades alternativas, e “o corpo masculino foi”, com a crescente importância dos esportes modernos, segundo os autores, “desaparecendo dos palcos de dança” (p. 116).

Em “Estátuas no palco”, Petersen traz uma pesquisa sobre algo bastante incomum na contemporaneidade, mas de muita popularidade em fins do século XIX: a encenação de estátuas vivas por parte de acrobatas, atores e esportistas (boxeadores e lutadores), em vários palcos europeus e mesmo em cidades australianas. Os modelos vivos geralmente ficavam imóveis, com poucas roupas ou nus, às vezes cobertos por um pó branco e, segundo o autor, “(...) tinham físicos muito bem desenvolvidos e, podemos dizer, valia a pena olhá-los e admirá-los pelos seus belos corpos” (p. 156). Sob um viés mais historiográfico, o mérito do artigo é trazer essa temática à tona, uma vez que pouco se tem conhecimento de práticas corporais esportivizadas envolvendo encenação de estátuas vivas, um interessante entrelaçamento entre arte e esporte.

Na sequência ainda da mesma seção, Knijnik e Falcão-Delfino partem do exemplo de violência cometido por Zinedine Zidane contra um jogador italiano, na final da Copa do Mundo de Futebol em 2006, para estabelecer uma correlação entre esporte e universo cultural da masculinidade hegemônica. Para eles, o não arrependimento de tal ato e o endosso da mãe do esportista abrem precedente para

se refletir sobre dois aspectos fundamentais: a) a masculinidade prescrita no universo *mainstream* do esporte é a hegemônica e b) há um *habitus* masculinizante — no sentido bourdieuano — acachapante no sistema de valores culturais. As únicas manifestações masculinas dissonantes nesse meio seriam “a dor e o sacrifício do corpo”¹, ambas constituintes do que denominam “santa trindade esportiva dos homens” (p. 173), notadamente em relação ao corpo, à cerveja e à mulher².

Mesmo assim, sob o jugo de um “panóptico esportivo”³, que fiscaliza e controla o mundo dos esportes, há vivências e expressões (como feminilidades masculinas e outras masculinidades) que desestabilizam o universo masculinista, mas que não têm visibilidade, pois é arraigado “tanto no imaginário, como nas práticas sociais, [o esporte] como lugar de Homem” (p.165). Apesar de citarem a história do boxeador norteamericano Emile Griffith (supostamente gay), perdem a oportunidade de deixarem abertas perspectivas para outros atores sociais que não sejam “homens” ou “mulheres” no meio esportivo⁴.

O bloco das masculinidades termina com o manuscrito de Deive e Batista, no qual analisam o papel do exercício físico na construção da “identidade de gênero” (masculina) contemporânea, por meio de “iconografia e análise de conteúdo” (p. 187) na revista *Men’s Health*. Apesar de concluírem que as mudanças relacionadas àquela “identidade” também são influenciadas pela revista em análise e que as representações sobre os exercícios físicos dela ligam-se à “masculinidade hegemônica” e às “outras masculinidades”, permanece a dúvida a respeito da medida em que as “dicas de beleza, moda, bem-estar e aspectos afetivos” (p. 206) não fazem parte de uma “nova” masculinidade hegemônica, vigente na contemporaneidade?

¹ Um trabalho interessante deixado de lado – e que poderia render maior profundidade para o texto em questão – seria o de Alexandre Vaz (1999) acerca da lógica sacrificial sobre o corpo pelo domínio da natureza.

² Wenner & Jackson (2009) desenvolveram bem a dinâmica da chamada por eles “Santa Trindade” (esporte, cerveja e gênero) como fator promocional da cultura e da vida contemporânea (ver referências).

³ Referência direta à arquitetura do controle, de Benjamin Bentham, resgatada e analisada por Michel Foucault (2004, p. 167): o panóptico “é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”.

⁴ Concluem dizendo que em se trabalhando para “(...) diminuir as características panotípicas sobre a identidade de gênero de homens, contribuirá nas relações humanas, entre *homens e mulheres, homens e homens, meninos e meninas*” (p. 181) [grifos meus]

Curiosamente a parte das “feminilidades” é maior em extensão (cinco artigos), mas é menos densa em termos analíticos. Os destaques dessa seção são *Mulheres no ringue*, de Mourão e Gomes, e *O exemplo de seis atletas negras*, de Oliveira e Votre. O primeiro teve por objetivo “analisar a trajetória de Maria Aparecida de Oliveira, ‘a Cidinha do boxe’, sua inserção e permanência no esporte brasileiro” (p. 234) e salientou, de forma histórica, tal percurso. Estudos como esse são fundamentais para o resgate da participação feminina no esporte brasileiro e para a edificação da história de uma história feminina que, como mencionado pelas autoras, permanece nas “sombras” da memória esportiva nacional. No seguinte, por sua vez, os autores tentam mostrar que “as negras, ignoradas e marginalizadas, em vários setores da sociedade, também o são no esporte” (p. 271). Não se tira o mérito e o louvor do esforço empreendido por eles, uma vez que pouco ou nada se tem escrito sobre tal temática no país, contudo, a metodologia da história oral é usada de forma linear, cronológica e incipiente (para não dizer primária) e a discussão de gênero — que deveria ser fundamental na história das atletas — passa longe da perspectiva analítica.

Restam assim, ainda três manuscritos nesta seção. Botelho-Gomes et al. trazem o resultado de uma pesquisa sobre representações sociais de escolares portuguesas acerca do currículo de educação física. Muito mais descritivo do que analítico, o artigo conceitua/discute gênero (referindo-se a “sexo”), não vai além das estatísticas citadas e mantém-se na “camisa de força” do binarismo “rapazes/moças”.

De outra parte, Knijnik et al. analisam “de que forma as futebolistas no Brasil percebem a sua situação como estressante (...) em função do preconceito” (p. 254) e como isso se configura como um ataque aos seus direitos humanos. Ao elegerem o “discurso coletivo” apagam o sujeito e reproduzem o que ocorre com as mulheres no âmbito social, isto é, elas têm seus discursos achatados, minimizados e abafados por tendências (tanto da mídia, quanto de outros meios burocráticos de comunicação) hegemônicas, que abafam histórias e trajetórias pessoais. Esse “apagamento” dos sujeitos não deixa emergir os “paradoxos da diferença” (SCOTT, 2005), impedindo, assim, possíveis dissonâncias de gênero no que é considerado “feminino” no futebol feminino.

E, por fim, Trindade e Romero resgatam os significados da prática da natação de competição para mulheres acima da “meia-idade”. Confundindo “atividade física” e “exercícios físicos” (ou prática esportiva) em vários momentos do texto e referindo-se a “sexo” (em oposição a gênero), o artigo carece de densidade teórica, falhando em endereçar uma crítica à tendência de se “maximizar o tempo” como algo “produtivo” na velhice — e não reforçando que as atletas “não deixam que o tempo passe por elas; ao contrário, aproveitam o tempo que lhes resta” (p. 316).

A parte que se pretende mais “teórica” da coletânea resume-se a dois artigos, dentre os quais o destaque recai sobre o de Dunning & Maguire⁵. Nesse a proposta é ampliar o “campo de visão” para incorporar o “lado feminino” e considerar as mulheres também no processo civilizador que envolveu os esportes. Os autores argumentam que é inegável ser o esporte moderno um lugar reservado aos homens e que esse, desde o movimento das sufragistas, vem tendo, paulatinamente, maior participação das mulheres. Contudo, essa “maior participação” delas tem trazido “duas séries de precisas sanções, demonstrando como o esporte e a sociedade moderna ainda são predominantemente andriarcas” (p. 104). De uma parte, a feminilidade de atletas é constantemente colocada em dúvida e, de outra, as mulheres se veem frente a obstáculos que os homens não possuem, como prestarem serviços para o mundo esportivo masculino por meio de uma, muitas vezes, “mão-de-obra feminina não remunerada”, algo de que não há contrapartida.

Buscando “textos sociológicos que abordam a questão de gênero” (p. 69), no entanto, os autores falham em não localizar Judith Butler e sua discussão fundante nesta área, a qual propõe uma ruptura no entendimento dos binômios sexo/biologia e gênero/cultura⁶. Dessa forma, endereçando problemáticas como a questão da violência *masculina* contra mulheres e o espaço *delas* em esporte de combate, Dunning & Maguire acabam inferindo ênfase demasiada na *natural* força física atrelada ao corpo masculino e na *subserviência* feminina frente às “barreiras erigidas

⁵ O artigo fora publicado em português anteriormente na **Revista Estudos Feministas**, v.5, n. 2. p. 321-348, 1997.

⁶ Registrou Butler (2003, p. 25) que “(...) o gênero não está para a cultura, [assim] como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura”.

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.8, n.2, p. 378-385, Jul./Dez. 2011

contra as mulheres e aceitas por elas” (p. 104), no lugar de pensar parte daquele esporte moderno feminino operando via resistência de gênero⁷.

O outro manuscrito desta parte é o do próprio Knijnik, que se propõe resgatar as bases históricas nas quais o debate sobre gênero se erigiu, a fim de relacioná-lo com o esporte. O percurso “didático” empreendido pelo autor suplanta as necessidades básicas de um leitor que se inicia na discussão, principalmente os oriundos das áreas da educação física e dos esportes. Partindo do “refletir sobre gênero é pensar também sobre identidades” (p. 25), Knijnik traça um caminho de como as identidades masculinas e femininas sempre foram construídas a partir da divisão internacional do trabalho e destaca de que modo, a partir do movimento feminista no século XX, o gênero passou a ser tomado como categoria analítica para desestruturar discursos biológico-deterministas. Apesar de retomar Joan Scott e Linda Nicholson, o autor “se esquece” de Butler e fica aquém das considerações no debate que se referiu a “não querer se calar”. Se é que podemos chamar de “suas contribuições” à interrelação esporte/gênero, elas aparecem no final, quando a partir de um caso de “ressocialização corporal” (p. 58) — no exemplo da atleta brasileira Érika, da seleção nacional de voleibol — e de algumas inferências acerca do mundo masculinista do futebol, o autor destaca que a abertura para o esporte feminino talvez pudesse não apenas conferir ampliação dos direitos humanos das mulheres, como oferecer-lhes a oportunidade de conhecer, de fato, o futebol, um “bem cultural valioso e primordial do Brasil” (p. 63).

Infelizmente o livro como um todo não tensiona, de fato, o sistema masculino heterossexista do esporte e alguns exemplos oferecidos de masculinidades “mais femininas” (ou *gays*), em casos como boxe e ginástica, estiveram longe de reconhecer suas existências reais. Nas considerações dos autores tudo ainda é imaginário, ideal, devir. Na conclusão, Knijnik retrata aquilo que seu compêndio tinha mostrado: nas questões de gênero no ambiente esportivo, masculinidade e feminilidade ainda reinam absolutas, não abrindo precedentes para variações, nem de uma, nem de outra parte. O plural nos termos, tão enfatizados e colocados à extensão, não representam pluralidades (no sentido de dissonâncias), mas são

⁷ Por exemplo, nos termos da teórica pós-feminista Beatriz Preciado (2008).

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.8, n.2, p. 378-385, Jul./Dez. 2011

“modos de dizer” de algo que existe enquanto potência. No limite, temos mais do mesmo e as problemáticas não avançam como deveriam.

A questão “em jogo” não é apenas a exclusão do feminino, mas também a de outros atores sociais, que estão “fora de campo” por não se adequarem às formas corporais padrões estipuladas pelos valores androcêntricos dos/nos movimentos atléticos. Apesar de destacar, já na conclusão, “infinitas feminilidades, infinitas masculinidades. Isto que este livro vem trazer à tona, de forma direta e explícita (...)” (p. 336), o único momento em que uma dissonância em relação ao binarismo é mencionada é na Apresentação, de Silvana Goellner — com menção a “atletas transgêneros” (p. 09).

Aqui caberia uma crítica mais ampla. A educação física, como subproduto da educação, têm que tentar se livrar das amarras do binarismo de gênero, visto que se num momento anterior era o macho/fêmea (masculino/feminino) que vigorava no âmbito das práticas corporais e esportivas, agora há outros elementos em consideração, outros sujeitos que colocam em pauta uma tensão e que desestabilizam essa relação binária. E os estudos de gênero, por sua vez, são “culpados” por esse enfoque binário hetero/homo, visto que num passado não muito distante o feminismo “ensinou o mundo” a considerar a mulher como sujeito, anos mais tarde os movimentos pós-coloniais mostraram que havia outras mulheres (e mesmo outros sujeitos) por detrás daquela máscara hegemônica. Os estudos *queer* nos anos 1990, por exemplo — como uma espécie de crise de consciência do movimento feminista — se valem do grito da desestabilização, do xingamento, da abjeção para provar que ainda há algo incompleto na consideração sobre os sujeitos. Diversidade é convivência, tolerância, enquanto diferença é a questão. Na história da Humanidade, o diferente nunca foi, de fato, aceito em sociedade, exatamente pela condição de pária que ocupa(va). Nos esportes, campo aqui em consideração, ainda engatinhamos na diversidade, enquanto que a diferença, em realidade, não é tolerada, como é veementemente rejeitada via homofobia.

Referências:

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PRECIADO, B. **Testo Yonqui**. Espanha: Editora Espasa, 2008.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, p. 216-226, jan/abr. 2005.

VAZ, A. F. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. **Cadernos Cedex**, ano XIX, n. 48, p. 89-108, Ago. 1999.

WENNER, L.; JACKSON, S. (eds.) Sport, Beer, and Gender in Promotional Culture: on the dynamics of a Holy Trinity. In: _____. **Sport, Beer, and Gender**. Promotional culture and contemporary social life. New York: PeterLang Pub., 2009. p. 01-32.

Resenha:

Recebido em: 24/09/2011

Aceito em: 19/10/2011